



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROCESSO Nº. 50606.005898/2017-18
CONTRATO Nº 405/2017**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA
CATEGORIA DE CONTÍNUO, QUE FAZEM
ENTRE SI O DEPARTAMENTO NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES -
DNIT, POR INTERMÉDIO DA SREMG E A
EMPRESA PRECISA CONSERVAÇÃO E
LIMPEZA EIRELI**

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, neste ato representado pelo Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais, FABIANO MARTINS CUNHA, nomeado pela Portaria nº. 3, de 07/01/2016, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 305, de 07/03/2007, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PRECISA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 11.367.947/0001-51, com sede na Rua Solon Cardoso Naves, nº 362, bairro Regina, CEP 30692.160, no município de Belo Horizonte, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora CLAUDETE FERREIRA DE LAGUES, portador da Carteira de Identidade nº MG-8 [REDACTED] 156, e CPF nº 036 [REDACTED] -80, tendo em vista o que consta no Processo nº 50606.005898/2017-18, e o resultado final do Pregão nº 188/2017, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de apoio administrativo na categoria de CONTÍNUO, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM SERVIÇO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
01	Sede da SREMG, em Belo Horizonte	02	das 07:42 às 17:30, horas, de segunda a sexta-feira	44 horas semanais	R\$ 64.320,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, com início na data de 03/07/2017 e encerramento em 03/07/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
e

2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$5.360,00 (cinco mil, trezentos e sessenta reais), perfazendo o valor total de R\$64.320,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e vinte reais) anual, conforme tabela no anexo I, do Edital.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA



4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

4.1.1. Gestão/Unidade: 393031/39252

4.1.2. Fonte: 0100000000

4.1.3. Programa de Trabalho: 109840

4.1.4. Elemento de Despesa: 339039

4.1.5. Nota de Empenho n.: 2017NE800542 de 21/06/2017

4.2. No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

5.1. Visando definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise – Acordo de Nível de serviço (ANS).

5.2. ANS é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios de prestação de serviços executados, com base nas quantidades de imperfeições de cada item a ser avaliado, conforme o ANEXO B deste Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.1. O prazo referido no item anterior começará a correr quando a CONTRATADA apresentar a fatura acompanhada de todos os documentos comprobatórios da execução do serviço, não tendo início no caso de apresentação de documentação contendo erros ou incompleta.

6.2. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela

Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da IN/SLTI nº 02/2008.

6.2.1. Os valores provisionados somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições: I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido; II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato; III - parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e IV - ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

6.3. Os casos de comprovada inviabilidade de utilização da conta vinculada deverão ser justificados pela autoridade competente.

6.4. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no § 1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

6.7. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no § 1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.9. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

6.9.1. Não sendo regularizada a situação da CONTRATADA no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à



Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.10. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.10.1. Não produziu os resultados acordados;

6.10.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.10.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

6.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.12. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.17. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

6.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

6.18.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo

18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO

7.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, poderá ocorrer após observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 13.1, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.



7.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

7.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

7.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.4.5. O prazo referido no subitem 13.4.3 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.4.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

7.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Contrato, prestará garantia no valor de R\$3.216,00 (três mil, duzentos e dezesseis reais), na modalidade de Seguro-garantia, correspondente à 5% (cinco por cento), no prazo de 10 (dez) dias observadas as condições do Edital, do valor total do Contrato.

8.1. A garantia contratual deve ser cumprida conforme o disposto no item 11 do Edital.

8.2. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

8.3. Se o valor da garantia

8.4. for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo



causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

8.4.1. Na notificação devem constar as razões da utilização da garantia, com referência ao documento em que a CONTRATADA foi notificada das correções que deveria providenciar e do valor das mesmas.

8.5. Quando for oferecida garantia na modalidade de Seguro Garantia esta somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93, além das hipóteses previstas no subitem 11.15 do Edital

8.6. A garantia apresentada terá seu valor atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

8.7. A substituição da garantia, com ou sem alteração da modalidade de garantia prestada, dependerá de prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

10.1.1. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

10.2. A CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual.

10.3. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.4. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos

sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

10.5. A CONTRATADA deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

10.6. *Quando a CONTRATANTE for reclamada em ações judiciais trabalhistas que tenham como causa de pedir ação ou omissão imputável à CONTRATADA, esta fica obrigada a ressarcir as despesas com o deslocamento de prepostos, testemunhas ou assistentes técnicos da CONTRATANTE e com o pagamento de suas respectivas diárias, quando devidas.*

10.6.1. *A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA as notas fiscais da despesa ou outros documentos que comprovem as despesas efetuadas, devendo ocorrer o pagamento do reembolso no prazo de 10 (dez) dias.*

10.6.2. *Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto, a CONTRATANTE fica autorizada a realizar o desconto dos valores diretamente nas faturas ou créditos existentes.*

10.7. As demais obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, no CAPÍTULO IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no art. 28 do decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, e nas Instruções Normativas da CONTRATANTE Nº 01/2013 e INº 04/2015 ou outra que a venha substituir, e nas demais disposições da legislação vigente.

11.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 11.2.1 apresentar documentação falsa;
- 11.2.2 retardar a execução do objeto;
- 11.2.3 falhar na execução do contrato;
- 11.2.4 fraudar a execução do contrato;
- 11.2.5 comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.6 fizer declaração falsa; ou
- 11.2.7 cometer fraude fiscal.



11.3. Para os fins do item 11.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.4. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com a multa, com as seguintes penalidades:

11.4.1 advertência;

11.4.2 multa;

11.4.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4.5 impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.9. O rito para o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR referente às infrações praticadas pelos fornecedores da CONTRATANTE é o previsto na IN 04/2015, ou outra que a venha substituir.

11.10 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nos quadros 1 e 2 abaixo, limitadas a 30% do valor mensal do contrato:

Percentual de multas de acordo com as infrações cometidas

Item	Descrição da Infração	Percentual de Multa	Por Ocorrência
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências fatais	15,00%	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	15,00%	Por ocorrência
3	Mantiver funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	5,00%	Por ocorrência
4	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	2,50%	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato	5,00%	Por ocorrência
6	Retirar funcionários do serviço durante o expediente sem a anuência prévia da Contratante	5,00%	Por ocorrência

QUANDO A CONTRATADA DEIXAR DE:

7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários	2,50%	Por ocorrência
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	5,00%	Por ocorrência
9	Substituir empregado cuja conduta seja inconveniente dentro do prazo estabelecido em contrato	2,50%	Por ocorrência
10	Efetuar o pagamento do salário e vale transporte e/ou vale refeição (se couber) nas datas avençadas	15,00%	Por ocorrência
11	Efetuar o recolhimento das contribuições do FGTS ou do INSS no prazo legal.	15,00%	Por ocorrência
12	Efetuar a reposição de funcionários faltosos que ultrapasse o limite estabelecido neste Termo.	10,00%	Por ocorrência
13	Efetuar o pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados no prazo legal.	15,00%	Por ocorrência
14	Fornecer, a cada semestre, uniformes ao funcionário.	5,00%	Por ocorrência
15	Cumprir as cláusulas estabelecidas no contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	2,50%	Por ocorrência
16	Cumprir quaisquer cláusulas estabelecidas no contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização	5,00%	Por ocorrência

A listagem acima não é exaustiva sendo que na ocorrência de infrações não mencionadas caberá a autoridade competente a decisão quanto a penalidade a ser aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.11. No caso da ocorrência de infrações não contempladas nos quadros acima, as multas serão aplicadas nos seguintes percentuais:

11.12 Na hipótese de atraso:

- Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;
- Multa de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, calculado desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante;

11.13. Na hipótese de inexecução parcial ou total:



- a) Multa de 15% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida, no caso de inexecução parcial ou rescisão contratual;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inexecução total, sem prejuízo da rescisão contratual e de suas consequências;

11.14. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

11.15. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

11.16. No caso de atraso na entrega dos insumos previstos no contrato, poderá ser solicitada prorrogação, contendo o novo prazo para entrega, que deverá ser encaminhada ao Serviço de Administração Geral e Informática até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da contratante a sua aceitação

11.16.1 - Vencido o prazo proposto, sem entrega dos insumos, total ou parcialmente, o Contratante oficializará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicadas as sanções cabíveis.

11.17. Constitui falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002.

11.18. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, a Instrução Normativa da CONTRATANTE nº 04, de 2015, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 01, DE 2014, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 07, DE 2015, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 08, DE 2015, na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FÓRO

17.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF - Justiça Federal.



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2017

Fabiano Martins Cunha
SUPERINTENDENTE REGIONAL
Contratante

Cláudio Fernando de Lages
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHAS:

Alcides da Silva Almeida

M. Oliveira

ANEXO A


AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 405/2017

A empresa **PRECISA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ nº 11.367.947/0001-51, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Claudete Ferreira de Lagues, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8 [REDACTED] 156 e do CPF nº 036. [REDACTED] -80, **AUTORIZA** o(a) **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 188/2017:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2017.



Claudete Ferreira de Lagues
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada



ANEXO B

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, neste ato representado pelo Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais, FABIANO MARTINS CUNHA, nomeado pela Portaria nº. 3, de 07/01/2016, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 305, de 07/03/2007, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PRECISA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 11.367.947/0001-51, com sede na Rua Solon Cardoso Naves, nº 362, bairro Regina, CEP 30692.160, no município de Belo Horizonte, denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora CLAUDETE FERREIRA DE LAGUES, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.156, e CPF nº 036.80, tendo em vista o que consta no Processo nº 50606.005898/2017-18, e o resultado final do Pregão nº 188/2017, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, firmam o presente Acordo de Nível de Serviços, como anexo ao contrato 405/2017.

Definição: Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1. **Objetivo a atingir:** Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
2. **Sanções:** Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.
3. **Tabela de imperfeições**

Grau	Correspondência
1	0,01% do valor do contrato
2	0,02% do valor do contrato
3	0,03% do valor do contrato
4	0,05% do valor do contrato
5	0,50% do valor do contrato
6	1,00% do valor do contrato

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	05
3	Utilizar as dependências da Superintendência Regional do DNIT – MG para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
4	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por dia.	03
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	02
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
8	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
9	Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes, por ocorrência.	02
10	Permitir a presença de empregado mal apresentado ou sem a devida carta de apresentação; por empregado e por ocorrência. Para os itens a seguir, por deixar de:	01
11	Executar serviço com o sigilo necessário, fazendo vazar informação; por ocorrência.	06
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
13	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	02
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
15	Pagar os salários dos funcionários até o 5º dia útil seguinte ao mês vencido; por funcionário e por dia.	02
16	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia	01
17	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
19	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
20	Apresentar carteira de trabalho assinada no dia da apresentação do funcionário; por dia.	01



4. Pagamento

4.1. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos neste Anexo. O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura mensal, de acordo com os serviços executados, subtraída a soma das imperfeições identificadas, conforme a tabela de faixas de percentuais de redução abaixo:

4.2. As referidas multas serão cobradas mediante Guia de Recolhimento da União.

5. Recursos

5.1. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer do resultado final do relatório da Fiscalização quanto às quantidades de imperfeições identificadas no período medido.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2017

Claudete Ferreira de Lages
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada



E007170454, E007170454; BTT-5137/SP, E006947282, E006947282; BTT-5137/SP, E007321153, E007321153; BTT-5137/SP, E007375558, E007375558; EKN-4318/TO, E015054957, E015054957.

Cozinha, 26 de Junho de 2017. FLAVIO MURILLO G. PRATES DE OLIVEIRA

EXTRATOS DE APOSTILAMENTO

Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS E DISTRITO FEDERAL-DNIT, representado pelo seu Superintendente Regional Eng.º FLAVIO MURILLO G. PRATES DE OLIVEIRA. CNPJ: 04.892.707/0004-53. Contratado: Lyvia Fonseca Freire Pauci Cordeiro - EPP. CNPJ: 13.590.061/0001-06. Instrumento: Contrato nº 429/2016. Objeto: Apostila-se o presente ao Contrato nº 429/2016 para efeito de controle financeiro-orçamentário, com base na Cláusula Décima Primeira - Repetição - o valor anual do Contrato passará para R\$ 362.127,26. A presente Apostila fica fazendo parte integrante e insupelável do Contrato nº 429/2016. PROCESSO Nº 50612.002708/2016-41. DATA DE ASSINATURA: 26/06/2017.

Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS E DISTRITO FEDERAL-DNIT, representado pelo seu Superintendente Regional Eng.º FLAVIO MURILLO G. PRATES DE OLIVEIRA. CNPJ: 04.892.707/0004-53. Contratado: Lyvia Fonseca Freire Pauci Cordeiro - EPP. CNPJ: 13.590.061/0001-06. Instrumento: Contrato nº 853/2016. Objeto: Apostila-se o presente ao Contrato nº 853/2016 para efeito de controle financeiro-orçamentário, com base na Cláusula Décima Primeira - Repetição - o valor anual do Contrato passará para R\$ 466.747,43. A presente Apostila fica fazendo parte integrante e insupelável do Contrato nº 853/2016. PROCESSO Nº 50612.005611/2016-90. DATA DE ASSINATURA: 26/06/2017.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 283/2016

ERMISOR: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.892.707/0001-00, representado pelo Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. THIAGO CARIM BUCKER, carteira de identidade nº 1183624 - SSP/MS e CPF nº 951.552.601-91. PERMISSOINARIA: Empresa Energias Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.413.826/0001-50, doravante denominada PERMISSOINARIA, neste ato, representada pelo Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Controles, Sr. GIORELI DE SOUSA FILHO, carteira de identidade nº M-2880257 SSP/MG e do CPF/ME nº 478.673.706-25 e pelo Diretor Técnico e Comercial, Sr. MARCELO VINHAIOS MONTEIRO, carteira de identidade nº 4524093 SSP/PE e do CPF/ME nº 027.130.174-08. INSTRUMENTO: Contrato nº 283/2016 de Permissão Especial de Uso, para Ocupação das Faixas de Domínio. RESUMO DO OBJETO: Permissão Especial de Uso com ocupação longitudinal e transversal da faixa de domínio de rodovia federal BR-158/MS, trecho: DIV. GOIÁS - DIV. MS/SP (INÍCIO TRAVESSIA RIO PARANÁ), subtrecho: FNV 18BMS0432, ENTR. MS-178 (CASSILANDIA) - ACESSO ITAJÁ (GO) (fl. 18/21) sendo a ocupação longitudinal no lado direito entre o Km 8,300 no Km 12,050, numa extensão de 3.150,00m (três mil, cento e cinquenta metros), com 2,40m (dois vírgula quatro metros) de largura, tendo sua travessia aérea no Km 9,900, numa extensão de 79,00m (setenta e nove metros), com 2,40m (dois vírgula quatro metros) de largura, por rede de energia elétrica, totalizando área de ocupação igual a 7.728,00m² (sete mil, setecentos e vinte e oito metros quadrados), com a exclusividade finalizada da sua utilização, pela PERMISSOINARIA, para implantação de rede de distribuição de energia elétrica em 138kV, de acordo com o projeto específico previsto na CLÁUSULA SEXTA. FUNDAMENTO LEGAL: Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, Decreto nº 84.398/80, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e alterado pelo Decreto nº 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº 10.233, de 05/05/2001, artigo 12 da Lei nº 9.784, de 27/04/2006, inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 22/05/2008, conforme a Portaria nº 1.067 de 17/06/2016 do Diretor Geral do DNIT, publicada no D.O.U. de 20/06/2016, seção 1, pgs. 92/93, Portaria nº 129 de 19/04/2016 do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, publicada no D.O.U. de 20/04/2016, seção 2, pg. 50 e sua lavatura devidamente autorizada no despacho do Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Dilgo Martins, datado de 11/05/2016, à fl. 111, Portaria nº 200 de 30/06/2016 do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no D.O.U. de 01/07/2016, seção 2, pg. 86 e conforme consta do Processo Administrativo nº 50619.000421/2016-21. VALOR DA REMUNERAÇÃO ANUAL AO PERMISSOR. A ocupação a que se refere à CLÁUSULA PRIMEIRA, será sem ônus para a PERMISSOINARIA, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 84.398, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e pelo Decreto nº 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, podendo o contrato ser rescindido a qualquer tempo, dependendo da revogação dos Decretos 84.398/80 e 86.859/82, ou de outra legislação do DNIT que venha a ser editada, estabelecendo procedimentos com relação à ocupação/transversal da faixa de domínio de rodovias federais com ônus à PERMISSOINARIA. PRAZO E EFICÁCIA: cinco (05) anos consecutivos, contados a partir da data de sua publicação em extrato, no DOU. PROCESSO Nº: 50619.000421/2016-21. DATA DA ASSINATURA: 21/06/2017.

do DNIT que venha a ser editada, estabelecendo procedimentos com relação à ocupação/transversal da faixa de domínio de rodovias federais com ônus à PERMISSOINARIA. PRAZO E EFICÁCIA: cinco (05) anos consecutivos, contados a partir da data de sua publicação em extrato, no DOU. PROCESSO Nº: 50619.001402/2005-54. DATA DA ASSINATURA: 12/06/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2016

PERMISSOR: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.892.707/0001-00, representado pelo Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. THIAGO CARIM BUCKER, carteira de identidade nº 1183624 - SSP/MS e CPF nº 951.552.601-91. PERMISSOINARIA: Empresa Energias Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.413.826/0001-50, doravante denominada PERMISSOINARIA, neste ato, representada pelo Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Controles, Sr. GIORELI DE SOUSA FILHO, carteira de identidade nº M-2880257 SSP/MG e do CPF/ME nº 478.673.706-25 e pelo Diretor Técnico e Comercial, Sr. MARCELO VINHAIOS MONTEIRO, carteira de identidade nº 4524093 SSP/PE e do CPF/ME nº 027.130.174-08. INSTRUMENTO: Contrato nº 284/2016 de Permissão Especial de Uso, para Ocupação das Faixas de Domínio. RESUMO DO OBJETO: Permissão Especial de Uso da faixa de domínio com ocupação transversal da faixa de domínio da rodovia federal BR-267/MS, por travessia sobre o km 488,500 (folha 16), trecho: DIV. SP/MS - (INÍCIO TRAVESSIA RIO PARANÁ) - FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI (PONTO MURTIÑHO), subtrecho: FNV 267BMS1090, ENTR. BR-060(BR/4)9(B) (JARDIM) - FNV 267BMS1090, ENTR. MS-178, numa extensão de 70,00m (setenta metros), com 50,00cm (cinquenta centímetros) de largura, por rede de energia elétrica, totalizando área de ocupação igual a 35,00m² (trinta e cinco metros quadrados), com a exclusividade finalizada da sua utilização, pela PERMISSOINARIA, para implantação de rede de distribuição de energia elétrica em 7,96kV, de acordo com o projeto específico previsto na CLÁUSULA SEXTA. FUNDAMENTO LEGAL: Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, Decreto nº 84.398/80, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e alterado pelo Decreto nº 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº 10.233, de 05/05/2001, artigo 12 da Lei nº 9.784, de 27/04/2006, inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 22/05/2008, conforme a Portaria nº 1.067 de 17/06/2016 do Diretor Geral do DNIT, publicada no D.O.U. de 20/06/2016, seção 1, pgs. 92/93, Portaria nº 129 de 19/04/2016 do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, publicada no D.O.U. de 20/04/2016, seção 2, pg. 50 e sua lavatura devidamente autorizada no despacho do Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Dilgo Martins, datado de 11/05/2016, à fl. 111, Portaria nº 200 de 30/06/2016 do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no D.O.U. de 01/07/2016, seção 2, pg. 86 e conforme consta do Processo Administrativo nº 50619.000421/2016-21. VALOR DA REMUNERAÇÃO ANUAL AO PERMISSOR. A ocupação a que se refere à CLÁUSULA PRIMEIRA, será sem ônus para a PERMISSOINARIA, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 84.398, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e pelo Decreto nº 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, podendo o contrato ser rescindido a qualquer tempo, dependendo da revogação dos Decretos 84.398/80 e 86.859/82, ou de outra legislação do DNIT que venha a ser editada, estabelecendo procedimentos com relação à ocupação/transversal da faixa de domínio de rodovias federais com ônus à PERMISSOINARIA. PRAZO E EFICÁCIA: cinco (05) anos consecutivos, contados a partir da data de sua publicação em extrato, no DOU. PROCESSO Nº: 50619.000421/2016-21. DATA DA ASSINATURA: 21/06/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2017 - UASG 393010

Número do Contrato: 213/2015. Nº Processo: 50619002856201433. PREGÃO SISPP Nº 781/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 19758842000135. Contratado: LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S.A.. Objeto: Suspensão de preço. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e cláusula quinta do contrato. Data de Assinatura: 23/06/2017. (SICON - 26/06/2017) 393010-39252-2017NE80002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 465/2017 - UASG 393031

Nº Processo: 50606005898201718. PREGÃO SISPP Nº 188/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 11367947000151. Contratado: PRECISA CONSERVACAO E LIMPEZA - EIRELI - ME. Objeto: Prestação de serviços de apoio na categoria CONTINUIDO, na sede da Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, situada na Rua Marim de Carvalho, 635, Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e LC 126/06. Vigência: 03/07/2017 a 03/07/2018. Valor Total: R\$64.320,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800542. Data de Assinatura: 22/06/2017. (SICON - 26/06/2017) 393031-39252-2017NE80001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2017 - UASG 393031

Nº Processo: 50606001784201707. PREGÃO SISPP Nº 168/2017. TO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02755159000141. Contratado: SEME - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM-MANUTENCAO DE ELEVADO. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com aquisição de peças, componentes e acessórios originais, em 02 elevadores da marca OTIS, no Ed. Chagas Dória, pertencente à RFFSA, situada na Rua Sapucaia, 571, Floresta, em Belo Horizonte. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e LC 10.545/2005. Item 1 - STARLIMP SERVIÇOS DE LIMPEZA ME, CNPJ nº 13.268.833/0001-69, com o valor de R\$42.050,00 (quarenta e dois mil e cinquenta reais). Processo nº50606.008028/09. Data de Assinatura: 22/06/2017. (SICON - 26/06/2017) 393031-39252-2017NE800015

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 197/2017

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, por meio da Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais, torna público o resultado de julgamento das propostas de edital em epígrafe, apresentando o seguinte resultado: Critério de Julgamento: Menor Preço (Art. 4º, X, da Lei 10.520/2002 e Art. 2º, Parágrafo 2º do Decreto nº 5.450/2005). Item 1 - STARLIMP SERVIÇOS DE LIMPEZA ME, CNPJ nº 13.268.833/0001-69, com o valor de R\$42.050,00 (quarenta e dois mil e cinquenta reais). Processo nº50606.008028/09.

ELISANGELA MARIA FERREIRA Pregoeira

(SUDC - 26/06/2017) 393031-39252-2017NE800015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 424/2017 - UASG 393010

Nº Processo: 50610000722201719. DISPENSA Nº 7/2017. Objeto: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 92943398000118. Contratado: CONSTRUTORA CIDADE LIMITADA. Objeto: Obras em caráter de emergência para a recuperação dos danos da aproximação viária na BR-116/RS, interseção com as RS-240 (bairro Vila Iva), entre os Km 242,10 e Km 243,60 de 13/11/2017. Valor Total: R\$3.372.706,83. Fonte: 111000000 - 2017NE802852. Data de Assinatura: 26/06/2017. (SICON - 26/06/2017) 393010-39252-2017NE800031

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 554/2017

Nº Processo: 50610000993201090. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 86257339000194. Contratado: ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA. Objeto: Termo de Rescisão Amigável do Contrato 554/2014. Fundamento Legal: Art. 79, inciso II, do Decreto nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data de Rescisão: 23/06/2017. (SICON - 26/06/2017) 393010-39252-2017NE800051

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 180/2017

O Pregão Eletrônico nº 0180/2017-10 foi Adjudicado e Homologado pelo Superintendente Regional no Rio Grande do Sul/DNIT, tendo o seguinte resultado: Empresa vencedora: Grupo 1: Interlock Ltda. - EPP. CNPJ: 01.918.078/0001-09. Valor homologado: R\$1.409,17 (mil, quatrocentos e nove e dezesseis centavos); Grupo 2: B.R.B. de Ramos - ME. Valor homologado: R\$12.418,83 (dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e três centavos); Grupo 3: Ramos - ME. CNPJ: 19.165.561/0001-79. Valor total: R\$244,97 (duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

RAFAEL SOARES MOREIRA Pregoeiro

(SUDC - 26/06/2017) 393010-39252-2017NE800051